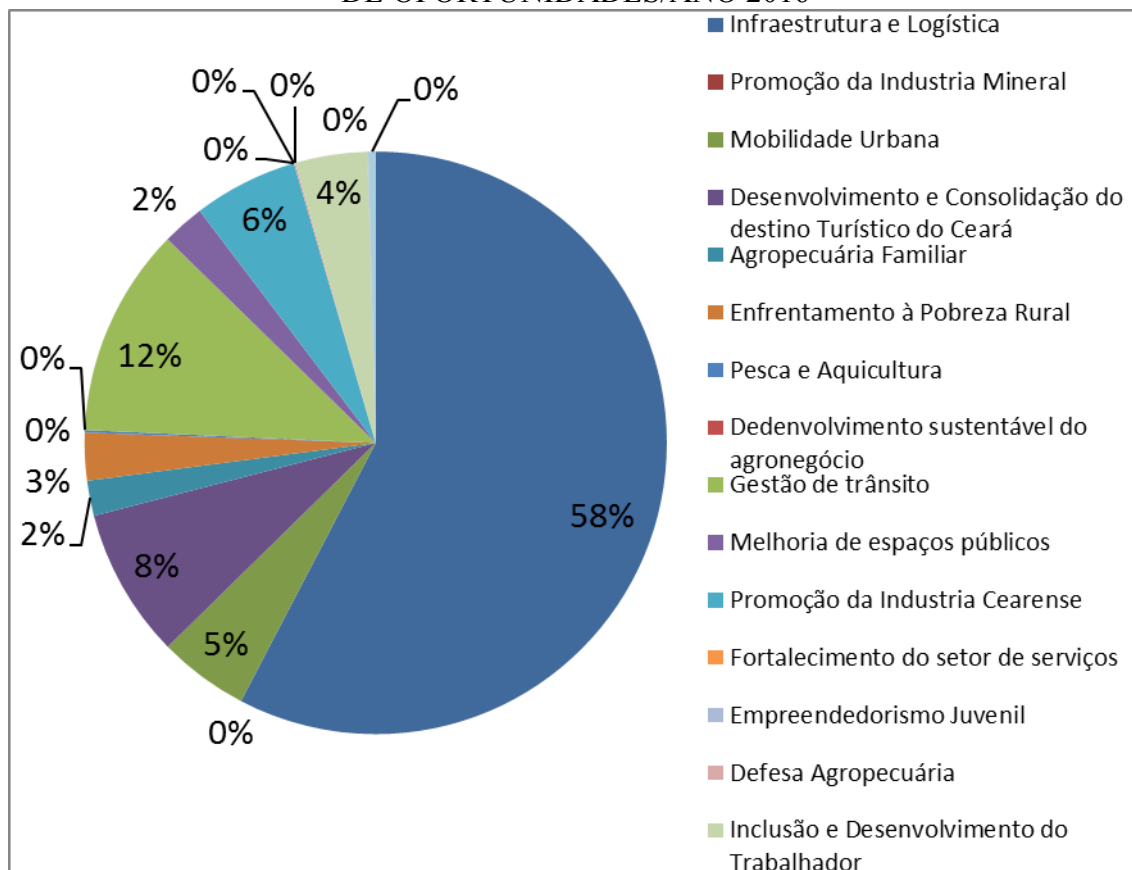


03 – CEARÁ DE OPORTUNIDADES

No eixo “Ceará de Oportunidades” estão concentradas as ações relativas ao estímulo estatal em setores industriais e agrícolas, revelando as escolhas políticas que traçam os rumos do desenvolvimento no Ceará. Também estão inclusos os programas de infraestrutura, mobilidade urbana e gestão de trânsito, turismo, enfrentamento à pobreza rural, pesca e aquicultura, inclusão do trabalhador, empreendedorismo juvenil e defesa agropecuária, além de alguns outros que podem ser observados no gráfico abaixo.

GRÁFICO – EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS COMPONENTES DO EIXO CEARÁ DE OPORTUNIDADES/ANO 2016



No Programa de Mobilidade Urbana, que ocupa 58% em relação ao executado em 2016, alguns dados chamam atenção, notoriamente os relativos à implantação do Metrô de Fortaleza. A execução da dotação orçamentária de implantação do sistema

metroferroviário – Linha Leste, prevista na proposta da LOA/2016 no valor de R\$ 470.000.000,00 foi realizada em apenas 1,32%, até o início de dezembro. As dotações previstas para 1º estágio - Linha Sul tiveram 0% de execução. Em relação ao Metrô, a dotação de melhor execução foi a de construção das estações, ainda assim restrita à 25%.

No que tange às obras do VLT Parangaba/Mucuripe, arduamente defendido como obra prioritária para a Copa do Mundo de 2014, apenas 40% dos R\$ 1.210.000,00 previstos foi executado. Ademais, não houve execução das dotações que defendemos e emendamos no orçamento de 2016 para compra de terrenos e reassentamento das famílias removidas pela obra do VLT. Na previsão de 2017, o Governo Estadual não previu recursos para o reassentamento e reparação dos impactos sociais, embora tenha previsto quase o dobro de recursos para a realização da obra, totalizando a quantia de R\$ 2.847.740,00 na LOA/2017.

No Programa de Promoção da Indústria Cearense, umas das atividades que situariam o Ceará no desenvolvimento tecnológico, ambiental e energético sustentável seria a 22498(Concessão de Incentivos a Energia Solar) mas a ação teve 0% de execução no ano de 2016.

Já no Programa de Infraestrutura e Logística, que abrange maior volume orçamentário deste eixo, percebemos o compromisso estadual com a ampliação e garantia de infraestrutura pública para o Complexo Portuário do Pecém, cujas denúncias de violações ambientais perpassam desde o intensivo consumo de água pelas unidades termelétricas, no volume médio de 720 litros/segundo, até a contaminação ambiental devido ao vazamento de pó mineral das esteiras transportadoras de carvão, que durante o ano de 2016 foram duas vezes embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A ação nº 18723 (Ampliação do Porto do Pecém - 2ª etapa), até 19 de dezembro de 2016, teve R\$91.831.935,96 de recursos empenhados. A esta ação se somam as de aquisição e instalação de equipamentos, construção das correias transportadoras e de apoio técnico para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), revelando sua centralidade para o governo estadual.

Sobre os programas relativos à política agrícola estadual, preocupa a redução de previsão de importantes ações, bem como a insuficiência de dotações em outras.

O Estado do Ceará comporta uma complexa problemática com a expansão do agronegócio e da fruticultura irrigada. Os impactos do agronegócio à saúde e ao

ambiente se mostram patentes diante de alguns dados. Na Chapada do Apodi, pólo da fruticultura irrigada, estudos da Universidade Federal do Ceará (UFC) revelam a ocorrência de casos de câncer, má formação congênita, puberdade precoce e alterações genéticas entre a população da região.

Dados da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) revelam a presença de até 11 ingredientes ativos de agrotóxicos na água dos poços que abastecem a comunidade de Quixeré. Dados como esses revelam a necessidade de uma política pública de transição agroecológica e de convivência com o semiárido, que seja capaz de regular e fiscalizar os impactos socioambientais do setor do agronegócio.

Neste sentido, preocupa o fato de que a ação nº 18098 (Fiscalizar o uso de agrotóxicos no campo e no comércio) teve o orçamento reduzido de R\$35 mil para R\$ 5 mil, revelando a total ausência de prioridade do tesouro estadual para o fortalecimento da ação, cuja execução limita-se na prática às dotações dos órgãos responsáveis. O fortalecimento de uma ação específica significaria importante medida para o Estado. Neste sentido, apresentamos emenda para a suplementação da fiscalização de agrotóxicos.

Na ação de produção agroecológica integrada e sustentável, que tinha uma previsão orçamentária, em 2016, de R\$ 500.000,00, houve a irrisória execução de apenas R\$ 100,00. Para o ano de 2017, a ação contempla a metade dos recursos do exercício anterior.

Já nas atividades de implementação de práticas agrícolas de convivência com o semiárido e transição agroecológica, o recurso previsto na LOA/2016 de R\$ 1.450.000,00 caiu, na LOA/2017, para R\$ 1.132.415,00. Vale ainda ressaltar que a ação, comportada na pasta da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), teve 0% de execução no ano de 2016.

Também merece preocupação a significativa redução da ação nº 18184, relativa aos projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária, cujo valor foi reduzido de R\$ 4.499.936,00 em 2016 para R\$ 910.000,00 no ano que vem.

Um ponto positivo observado neste programa foi o acréscimo das previsões orçamentárias para a assistência técnica rural, que variaram de R\$ 11.547.571,00 (LOA/2016) para R\$ 15.216.017,00 (LOA/2017).

Avançando em nossa análise, destacamos a pouca prioridade concedida ao Programa 082 (Empreendedorismo e Economia Solidária), que comporta relevante potencial de desenvolvimento econômico equitativo e socialmente comprometido. A

principal ação concernente à economia solidária teve sua dotação reduzida de R\$ 1.820.000,00, em 2016, para R\$ 830.000,00 no ano seguinte.

No Programa 028 (Desenvolvimento e consolidação do destino turístico do Ceará), é alarmante a continuidade dos gastos públicos com a obra do Acquário, cujas irregularidades já foram largamente denunciadas pelo Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Para suas obras, estavam previstos R\$ 400.000,00 na LOA/2016. Ao longo do ano, no entanto, o recurso foi suplementado com a abertura de novos créditos e encontra-se na ordem de R\$ 5.162.876,25, dos quais 65,52% foram empenhados e pagos. Para o ano de 2017, a LOA prever mais R\$ 1 milhão de reais para as obras do Acquário.

Neste eixo, nosso mandato propôs emendas no orçamento para: aumentar os recursos destinados à fiscalização do uso de agrotóxicos no campo e no comércio; garantir indenização e oferta de moradias de interesse social para as famílias desapropriadas para as obras do VLT Parangaba-Mucuripe; implementação de sistema de consulta pública sobre cadastro, licenciamento e regulamentação de agrotóxicos; implementação do Banco de Dados Público, contendo ingredientes ativos, volume e área de aplicação da agricultura no Estado; aquisição de sementes agroecológicas de produção local; criação do Banco de dados da Agroecologia do Ceará; Geração de energia solar ou eólica e biodigestores para a agricultura familiar; Apoio e criação de sistemas de certificação participativa da agricultura familiar; Elaboração do Plano Estadual de Agroecologia.